



Prefeitura Municipal de Arroio do Sal
Município de Arroio do Sal
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração

TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2022. TIPO Menor Preço.

Edital de Tomada de Preço para contratação de empresa para execução da obra de construção de dois blocos, denominados "S08" e "S18", com 32 (trinta e duas) carneiras cada, no Cemitério Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO DO SAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às **14:00 horas**, do dia **07 de julho de 2022**, no prédio da Prefeitura Municipal de Arroio do Sal, situada na Rua Alegrete, nº 111, centro, neste município, se reunirá a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 449/2021, com a finalidade de receber os documentos de habilitação e as propostas para a contratação de empresa para a execução da obra abaixo descrita.

Poderão participar as empresas do ramo pertinente ao objeto ora licitado, cadastradas no Município de Arroio do Sal, ou que apresentarem toda a documentação necessária para o cadastro até o terceiro dia anterior ao fixado para o recebimento dos envelopes de habilitação e proposta.

1. DO OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para execução da obra de construção de dois blocos, denominados "S08" e "S18", com 32 (trinta e duas) carneiras cada, no Cemitério Municipal., a ser executada em Empreitada por Preço Global, conforme especificações técnicas, anexas deste Edital.

ITENS:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO
1	1	LOCACAO DE OBRA POR M2 CONSTRUIDO
1	2	LIMPEZA DO TERRENO
1	3	PLACA DE OBRA COM ESTRUTURA DE MADEIRA PLACA DE OBRA COM ESTRUTURA DE MADEIRA 150X75CM
2	1	FUNDACAO RASA-BLOCO GRES 50X25X12 P/FIADA CI-AR1:6
2	2	VIGA BALDRAME CONCR.ARMADO FCK15MPA-COMPLETA
2	3	AS07 AS ATERRO MOLHADO E APILOADO MANUALMENTE



Prefeitura Municipal de Arroio do Sal
Município de Arroio do Sal
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração

2	4	LASTRO MANUAL COM BRITA
2	5	CONTRAPISO CONCRETO-5CM-200KG CI/M3 (MAGRO)
2	6	IMPERMEABILIZACAO COM HIDROASFALTO 4 DEMAOS
3	1	ALVENARIA TIJ.9FUROS-DE 11CM-J15MM CI-CA-AR 1:2:8
3	2	IMPERMEABILIZACAO COM HIDROASFALTO 4 DEMAOS
3	3	TAMPA CONCRETO ARMADO 90 X 70 X 03 cm
4	1	LAJE PRE-FABRICADA ENTREPISO 13CM TAVELA CERAMICA
4	2	CONCRETO ARMADO-ESCOR,FORMA,ARM,LANC,CURA,D.
4	3	CONCRETO FCK20MPA
5	1	ESTRUTURA MADEIRA SOBRE LAJE-TELHA ROMANA - INCL. 40%
5	2	COBERTURA COM TELHA ROMANA
5	3	CUMEEIRA PARA TELHA ROMANA
6	1	CHAPISCO CI-AR 1:5-7MM PREPARO E APLICACAO
6	2	REBOCO MASSA UNICA CA-AR 1:5+ 5%CI-15MM(EXT)
7	1	TUBO PVC RIGIDO SOLDABEL 40MM ESGOTO
7	2	JOELHO 90 PVC ESGOTO 40MM
7	3	REDUCAO PVC JE PB 100x50
7	4	TUBO PVC RIGIDO 100MM ESGOTO PRIMARIO
7	5	REDUCAO PVC JE PB 50x40
7	6	CARVAO ATIVADO
8	1	SELADOR PARA PAREDES INTERNAS 1 DEMAOS
8	2	PINTURA ACRILICA SEMI BRILHO SOBRE REBOCO;
8	3	PINTURA ESMALTE BRILH.S/MADEIRA-INCL.FDO BCO;
9	1	FUNDACAO RASA-BLOCO GRES 50X25X12 P/FIADA CI-AR1:6
9	2	VIGA BALDRAME CONCR.ARMADO FCK15MPA-COMPLETA
9	3	AS07 AS ATERRO MOLHADO E APILOADO MANUALMENTE
9	4	LASTRO MANUAL COM BRITA
9	5	CONTRAPISO CONCRETO-5CM-200KG CI/M3 (MAGRO)
10	1	LIMPEZA FINAL E ENTREGA DA OBRA

2. DO CADASTRO

2.1. Para efeitos de cadastramento, os interessados deverão apresentar, até o dia **04 de julho de 2022**, os seguintes documentos:

2.1.1. Declaração de que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto federal n.º 4.358/02;

2.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) registro comercial, no caso de empresa individual;



Prefeitura Municipal de Arroio do Sal
Município de Arroio do Sal
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2.1.3. REGULARIDADE FISCAL

a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;

b) prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

e) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

2.1.4. REGULARIDADE TRABALHISTA

a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

2.1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) comprovante de regularidade perante o CREA e/ou CAU, da empresa e de seus responsáveis técnicos;

2.1.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a **90 (noventa) dias** da data designada para a apresentação do documento. Para participação de empresa em recuperação judicial, deve ser amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/93;

b) balanço patrimonial já exigível e apresentado na forma da lei, com a indicação do n.º do Livro Diário, número de registro no órgão competente e numeração



Prefeitura Municipal de Arroio do Sal
Município de Arroio do Sal
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração

das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

b.1) é vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

b.2) licitantes que utilizam a escrituração contábil digital – ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

2.2. Os documentos constantes dos itens **2.1.2** a **2.1.6**, poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário do Município ou publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos emitidos em meio eletrônico, com o uso de certificação digital, serão tidos como originais, estando sua validade condicionada a verificação de autenticidade pela Administração.

3. DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS

3.1. Os documentos necessários à habilitação e as propostas serão recebidos pela Comissão de Licitação no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em **02 (dois)** envelopes distintos, fechados e identificados, respectivamente como de **n.º 1** e **n.º 2**, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE ARROIO DO SAL
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2022
ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE: (NOME COMPLETO DA EMPRESA)
E-MAIL

AO MUNICÍPIO DE ARROIO DO SAL
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2022
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA
PROPONENTE: (NOME COMPLETO DA EMPRESA)
E-MAIL

3.2. Cada envelope deverá conter a documentação e as informações necessárias ao processamento e julgamento regular da presente licitação, pertinentes a fase de habilitação e de proposta, observando, respectivamente, as determinações constantes nos itens **3** e **4** do presente edital.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. Para a habilitação o licitante deverá apresentar no envelope **n.º 01**:

a) Certificado de Registro Cadastral – CRC atualizado, fornecido pelo Departamento de Compras e Licitações do Município de Arroio do Sal.

b) atestado de visita, fornecido pela Secretaria Municipal de Planejamento, a ser realizada mediante prévio agendamento, **ou** declaração formal, firmada pelo representante legal do licitante, de que tomou conhecimento do local e das condições de execução dos serviços objeto deste edital e esclareceu eventuais dúvidas sobre o projeto



Prefeitura Municipal de Arroio do Sal
Município de Arroio do Sal
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração

básico e demais especificações técnicas, não sendo admitidas posteriormente alegações de desconhecimento das condições de execução dos serviços;

b.1) A visita poderá ser efetuada pelo representante legal da licitante, devendo ser agendada junto à Secretaria Municipal de Planejamento, pelos telefones (51) 3687 3521 / 3654 / 3655.

c) atestado de capacitação técnico-profissional em nome do responsável técnico da empresa, registrado no CREA e/ou CAU, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível em características e quantidades com o ora licitado;

d) Comprovante de prestação de garantia para licitar, podendo ser efetuada através de depósito em nome da licitante, na importância correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto (P.O.), nos termos do art. 31, III da Lei nº 8.666/93, em dinheiro na seguinte conta: Banco Banrisul - 041, Agência 0578, Conta Corrente 04.063685.0-9 (Conta Depósito e Caução – Prefeitura A. Sal), que será restituído aos licitantes inabilitados ou nas demais modalidades indicadas no art. 56, do mesmo texto legal.

4.2. Se o Certificado de Registro Cadastral – CRC do licitante estiver dentro do prazo de validade, mas houver vencido alguma das certidões previstas nos itens **2.1.3**, letras *b*, *c*, *d* e *f*, **2.1.4**, letra *a*, ou **2.1.6**, letra *a*, poderá apresentar, juntamente com o CRC, a correspondente certidão atualizada.

4.3. Se o proponente se fizer representar, deverá juntar procuração ou carta de credenciamento, outorgando com poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação.

4.4. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador ou representante legal da empresa, ou qualquer outro documento oficial que comprove que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.

4.5. As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador ou representante legal, ou qualquer outro documento oficial que comprove que se enquadra como beneficiária, além de todos os documentos previstos neste edital.

4.6. A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item **4.5**, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, previstos neste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.



Prefeitura Municipal de Arroio do Sal
Município de Arroio do Sal
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração

4.7. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, no envelope nº 01, ainda que apresentem alguma restrição.

4.8. O prazo de que trata o item **4.6** poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

4.9. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item **4.6**, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5. DA PROPOSTA

5.1. O envelope **n.º 02** deverá conter:

a) proposta financeira, rubricada em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, mencionando o preço global para a execução dos serviços, objeto desta licitação, onde deverão constar todos os custos com material, mão-de-obra, inclusive o detalhamento do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro, etc.) e o detalhamento dos encargos sociais;

b) planilha de quantitativos e custos unitários;

c) cronograma físico-financeiro.

5.2. O prazo de validade da proposta é de **60 Dias** a contar da data apazada para sua entrega.

5.3. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

5.4. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como com preços unitários e/ou global superestimados ou inexequíveis.

5.5. Consideram-se superestimadas as propostas cujo preço global ofertado e os valores unitários excedam o valor estimado pelo Município, incluindo-se neste cômputo o BDI.

5.5.1. O valor global estimado para a presente contratação é de: R\$ 130.424,08.

6. DO JULGAMENTO

6.1. Esta licitação é do tipo Obra e o julgamento será realizado pela Comissão de Licitação, levando em consideração o **Empreitada por Preço Global**.

6.2. Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei n.º 8.666/93.

7. CRITÉRIO DE DESEMPATE



Prefeitura Municipal de Arroio do Sal
Município de Arroio do Sal
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração

7.1. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item **4.5** deste edital.

7.1.1. Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até **10% (dez por cento)** à proposta de menor valor.

7.1.2. A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

7.2. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de **02 (dois) dias**, nova proposta, por escrito e de acordo com o item **5** deste edital, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item **4.5** deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma previstos na alínea *a* deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

7.3. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item **7.2** deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

7.4. O disposto nos itens **7.2** e **7.3** deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências do item **4.5** deste edital).

7.5. As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o disposto no §2º do art. 3º e §2º do art. 45, nesta ordem, ambos da Lei nº 8.666/1993.

8. DOS RECURSOS

8.1. Em todas as fases da presente licitação serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do artigo 109 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O prazo para interposição de recursos relativos às decisões da Comissão de Licitação, relativa ao julgamento da habilitação e da proposta, será de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da intimação da decisão objeto do recurso.



Prefeitura Municipal de Arroio do Sal
Município de Arroio do Sal
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração

8.3. Os recursos, que serão dirigidos à Comissão de Licitação, deverão ser protocolados, dentro do prazo previsto no item **8.2**, no Setor de Cadastro/Arrecadação, durante o horário de expediente da Administração (das 8:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, de segunda a sexta-feira).

8.4. Havendo a interposição tempestiva de recurso, os demais licitantes serão comunicados para que, querendo, apresentem contra-razões, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** e na forma prevista no item **8.3**.

8.5. Não serão aceitos recursos ou contra-razões apresentados fora do prazo ou enviados via fax, e-mail ou por qualquer outro meio além do previsto no item **8.3**.

8.6. Decorrido o prazo para a apresentação das razões e contra-razões de recurso, a Comissão de Licitação poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Prefeito, acompanhado dos autos da licitação, do relatório dos fatos objeto do recurso e das razões da sua decisão.

8.7. A decisão do Prefeito, a ser proferida nos **5 (cinco) dias úteis** subsequentes ao recebimento do relatório e das razões de decidir da Comissão de Licitação, é irrecorrível.

8.8. Os prazos previstos nos itens **8.6** e **8.7** poderão ser prorrogados, a critério da Administração, sempre que for necessário para o adequado julgamento dos recursos, como, por exemplo, para a realização de diligências. A prorrogação deverá ser devidamente justificada nos autos da licitação.

9. DOS PRAZOS

9.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de **05 (cinco) dias**, convocará o vencedor para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da sanção prevista no item **9.3**.

9.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

9.3. Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste edital, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a **10% (dez por cento)** do valor do contrato.

9.4. O prazo de vigência do contrato será de **60 (sessenta) dias**, a contar da emissão da Ordem de Serviço.

10. DA GARANTIA

10.1 Antes da assinatura do Contrato a Prefeitura Municipal de Arroio do Sal exigirá a garantia no valor equivalente a 3% (três por cento), do valor do contrato, calculado com base no valor de sua proposta vencedora, em dinheiro na seguinte conta:



Prefeitura Municipal de Arroio do Sal
Município de Arroio do Sal
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração

Banco Banrisul - 041, Agência 0578, Conta Corrente 04.063685.0-9 (Conta Depósito e Caução – Prefeitura A. Sal), que será restituído ao vencedor no final da vigência do contrato, nos termos do art. 31, §1º I da Lei nº 8.666/93 ou nas demais modalidades indicadas no art. 56, do mesmo texto legal.

11. DAS PENALIDADES

Nos termos do disposto no Art. 87 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações, pela inexecução parcial ou total deste contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** as penalidades previstas, sempre garantida a prévia defesa em processo administrativo.

§ 1º Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, quando a **CONTRATADA**:

I – recusar-se a assinar o contrato, estando sua proposta no prazo de validade;

II – prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização;

III – cometer infrações às normas legais de qualquer das esferas de governo, respondendo ainda, pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes, em razão da infração cometida;

IV – cometer faltas reiteradas na execução do objeto contratado;

V – não iniciar, sem justa causa, a prestação de serviços ora contratados.

§ 2º Será aplicada multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da contratação, quando a **CONTRATADA**:

I – ocasionar, sem justa causa, atraso de 30 (trinta) dias na execução do objeto contratado;

II – recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte, o objeto contratado;

III – praticar, por ação ou omissão, imprudência, negligência ou imperícia, dolo ou má fé, qualquer ato que venha a causar danos à **CONTRATANTE** ou a terceiros independentemente da obrigação de repará-los.

§ 3º multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação, limitado este a 10 (dez) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

§ 4º multa de 5% (cinco por cento) no caso de inexecução parcial do contrato sobre o valor total da contratação, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de **01 (um)** ano.

§ 5º Multa de 15% (quinze por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.



Prefeitura Municipal de Arroio do Sal
Município de Arroio do Sal
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração

§ 6º As multas a que aludem as cláusulas anteriores não impedem que a **CONTRATANTE** rescinda unilateralmente o contrato.

§ 7º A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou da garantia, e, se for o caso, cobrar judicialmente.

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado em **08 (oito) parcelas**, conforme consta nos Cronogramas Físico-Financeiro, ocorrendo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da fatura acompanhada da planilha de medição, aprovada pela Comissão de Vistoria de Obras, juntamente com o Engenheiro da Prefeitura, e pelo Secretário Municipal.

12.2 Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço.

12.3 Ocorrendo o atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA/IBGE do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pró-rata*;

12.4 Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO		
SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	14655	OBRAS EM ANDAMENTO	Recurso Livre - Administração Direta Mun

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital.

14.2 Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

14.3 Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados, na forma do item **4.3** deste edital, e os membros da Comissão Julgadora.

